

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 15 de julho o Governo inaugurou, com a pompa e circunstância que acompanha sempre estas ocasiões, a eletrificação de 56 quilómetros da Linha do Minho. Uma inauguração que ocorre com atrasos significativos (mais de dois anos para um dos troços) e que tenta disfarçar o facto de a eletrificação estar apenas parcialmente concretizada.

A verdade é que, apesar de aprovada há mais de dois anos, ainda não está ligada à rede geral a subestação que deveria alimentar a linha, pelo que esta funciona com limitações ao número e tonelagem de comboios elétricos que nela podem circular. O facto de faltar a eletrificação do troço Viana do Castelo/Valença obrigará a que muitos dos comboios continuem a ser a diesel, desaproveitando e degradando o investimento realizado.

A sinalização não foi modernizada. O material circulante da CP continua a ser insuficiente e não vai permitir fiabilizar e alargar a oferta, particularmente para as deslocações intrarregionais. Mesmo a extensão do serviço Intercidades a Viana do Castelo, limitada a um comboio por dia por via das limitações atrás identificadas, é manifestamente insuficiente.

É cada vez mais evidente que estes pequenos e incoerentes passos são mais orientados para cumprir calendários eleitorais que para resolver problemas estruturais, que pretendem rentabilizar politicamente pequenos investimentos através de sucessivas inaugurações, prazos e promessas, ao mesmo tempo que se poupa uns milhões para a obsessão do défice de cada ano, mas continuando a gerar as necessárias linhas de propaganda.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Quais as causas dos atrasos na ligação da subestação à rede elétrica nacional? Em que medida a privatização da REN contribui para essas dificuldades, e para o inflacionar dos custos suportados pela IP (logo, pelo Estado)?

2. Quais as causas para os sucessivos atrasos nas obras? Em que medida contribuem para estes atrasos o profundo enfraquecimento da IP Engenharia e a crescente dependência de contratações externas para quase todas as fases do projeto e construção de infraestrutura?
3. Quais as razões para que, sucessivamente, o pouco investimento concretizado na infraestrutura esteja desligado do correspondente investimento no material circulante? Estamos perante uma estratégia de “oportunidades de negócio” para multinacionais que querem operar em Portugal? Ou estamos a assistir à consequência da separação (impulsionada por essas multinacionais através da UE) da infraestrutura e da exploração ferroviária, em paralelo com a fusão entre a gestão da rodovia e da infraestrutura ferroviária?

Palácio de São Bento, 19 de julho de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)